

“EL DERECHO DE VIVIR EN PAZ”: POR UMA ANTROPOLOGIA COM ATUAÇÃO CIDADÃ

¹DANIEL VAZ LIMA; ²FLÁVIA RIETH; ³LOUISE PRADO ALFONSO

¹Universidade Federal de Pelotas – dvlima.vaz@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – louiseturismo@yahoo.com.br

³Universidade Federal de Pelotas - riethuf@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

As considerações deste texto incitam (re)pensar o trabalho da/o antropóloga/o junto aos coletivos em contextos de conflitos, a partir da situação etnográfica vivida no Passo dos Negros, Pelotas/RS. Tais situações convidam a reflexões sobre a formação enquanto antropólogo perpassando questões como o papel junto aos coletivos no sentido de engajamento, de ética e de militância bem como o fazer antropologia em situações de conflitos. Para WAGNER (2010) a experiência etnográfica não é somente um ato de descrever o outro a partir de situações vividas, mas um processo de aprendizado em que o/a antropólogo/a aprende novas formas de viver a vida reinventando suas concepções sobre modos de vida que, passadas aos demais participantes de sua “cultura”, acaba por inventar a própria antropologia. Por isso, a questão que se coloca aqui é entender de que maneira a experiência etnográfica pode ensinar a (re)pensar o fazer antropologia.

Em 2016, iniciei o trabalho de pesquisa junto ao grupo de estudos “narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação”. Sequer tinha noção da localização do lugar em relação a cidade tanto no sentido geográfico do termo como no sentido político e cultural. No entanto, as experiências de trabalho de campo, realizando caminhadas pelas ruas, experienciando relações com os habitantes locais, as coisas e os lugares, marcou-me a sensação de estar vivendo a memória e a história que conheço sobre a cidade.

Como li em uma passagem de CALVINO no livro “as cidades invisíveis”, a cidade “não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas (...)”. Nesse sentido, dei um passo à época das charqueadas, nos séculos XVIII e XIX, em que a região se configurou como um contexto de circulação de mercadorias sendo um lugar estratégico para a constituição do núcleo charqueador (GUITIERREZ, 2006). Ali cruzavam as tropas de gado bovino, tocadas a cavalo e cães, que atravessavam o São Gonçalo em direção aos matadouros que estiveram ativados até o final de século XX. Além disso, a época, o Passo dos Negros foi o local de desembarque de pessoas escravizadas que eram comercializados no local e encaminhados para outros pontos de comercialização. Este passado de escravidão e circulação das tropas se mesclam na estrutura da “ponte dos dois arcos” que fora “feita por escravos” e está localizada no antigo corredor das tropas.

Seguindo a caminhada pela história, chega-se ao século XX, em que a crise da produção de charque fez com que a elite econômica buscasse novas alternativas. Assim, surge o cultivo e industrialização do arroz cujo o marco é o “engenho Pedro Osório” que esteve ativado até o ano de 2004. Atualmente, ao vivenciar o lugar encontramos ex-funcionários e funcionárias do antigo engenho que nos narraram suas histórias de vida e trabalho, catadores/as e carroceiros/as que coletam

resíduos sólidos pela cidade, trabalhadores/as rurais, enfim, diferentes tipos de pessoas e ocupações.

Entretanto, apesar de ser uma região de referência cultural e histórica da cidade, o Passo dos Negros e sua história encontram-se ameaçados pelo avanço dos empreendimentos imobiliários que desencadearam situações de conflito nos colocando em redes políticas e jurídicas, com a responsabilidade de elaboração de um dossiê de patrimonialização solicitado pelos/as moradores/as ameaçados de serem removidos para outros lugares. É neste processo que é proposto (re)pensar o trabalho da/o antropóloga/o para além do “olhar, ouvir e escrever” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006), enquanto um compromisso com os grupos a partir de uma leitura de contexto. Ao defender uma cidade múltipla, nos desafiamos a descrever um lugar narrado por aqueles que estiveram às suas margens, tornando emergente uma antropologia extramuros.

2. METODOLOGIA

Uma constatação de WAGNER (2010, p. 29) diz que uma antropologia que não busque “ultrapassar os limiares de suas próprias convenções”, que não deposite a imaginação no mundo da experiência haverá de ser mais uma ideologia do que uma ciência. Assim, realizamos a etnografia no sentido dado por PEIRANO (2014), enquanto uma “formulação teórico-etnográfica” sendo um conhecimento reflexivo constituído a partir do diálogo entre a experiência de campo e a teoria. Para além disso, todas as vivências são executadas de maneira coletiva, compartilhando aprendizados e dando um caráter heterogêneo ao conhecimento (PEREIRA et al, 2015).

A despeito das críticas feitas a etnografia enquanto “descrição etnográfica de”, sustentado em uma concepção de distanciamento, a consideramos como um “pensar com”, pois escrevemos levando em consideração as heteróclitas vozes que ecoam no processo de inscrição da experiência. Na realidade, as definições da maneira como estaremos inseridos no campo depende muito do próprio campo, pois são as situações vividas que definem questões sobre distanciamento, engajamento e intervenção, dilemas éticos e morais.

Porém, é pertinente, em situação de conflitos, o posicionamento por parte de quem está inserido neste campo. Ao menos ter ciência de que este posicionamento está levando em consideração uma leitura de contexto e que o “não envolvimento” poderá dar continuidade há uma série de desigualdades e injustiças que a pesquisa poderia contribuir para desvendar (VIRGILHO, 2004, p. 61). Nesse passo, quando um morador do lugar nos diz que “*não podemos deixar morrer aquela história*” porque “*as pessoas não sabem que teve aquilo ali*”, É estratégico a adoção de uma antropologia militante enquanto um “campo de resistências” (*idem*) praticada de maneira coletiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O passado existe nos ecos das vozes que emudeceram, embora exista um “encontro secreto” entre as gerações precedentes e a nossa que BENJAMIN (1987) entende que seja a da “luta dos oprimidos”. Uma situação vivida com seu Pedro, morador no antigo corredor das tropas que trabalhou por mais de 30 anos no engenho Osório, é um marco que transforma a pesquisa. Estávamos conversando em cima da “ponte dos dois arcos” quando o morador nos indicou a presença, cada

vez mais próxima, dos prédios que avançavam sobre o lugar. O “progresso” enquanto uma tempestade que gera um amontoado de ruínas (BENJAMIN, 1987), se apresentou na nossa percepção paisagem. A mesma tornou-se marcada por suntuosos e monstruosos prédios avançando sobre os campos baldios e as pequenas casas que habitam a região, sendo muitas feitas de madeira.

Se considerarmos a “etnografia do espaço construído” (SILVA, 2015) podemos perceber o quanto o processo de urbanização do lugar não esteve as margens do estado, mas inserido em suas políticas de retirada de direitos. As políticas de saneamento básico, de luz elétrica se fazem presente para alguns grupos ao passo que para outros o Estado se faz ausente como estratégia para invisibilizar determinados grupos. Com modos de habitar pautados em referenciais negros, o lugar é marcado por tentativas de invisibilização pelas narrativas oficiais sobre a cidade que patrimonializam feitos da elite. Portanto, os materiais inscritos pelo grupo têm como propósito desvendar uma cidade múltipla em que o cotidiano, os modos de fazer e viver, sejam concebidos como “potência criativa” (ALFOLNSO, RIETH, 2016) de construção da cidade.

Nesse sentido, a escrita do dossiê com pedido de patrimonialização ao Instituto de Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) que o grupo estava elaborando passa por ressignificações. Tal dossiê torna-se uma ferramenta de resistência, que incomoda o poder público e os empreendimentos que ali querem se instalar. A escrita deste dossiê está associada a movimentos de “defesa do Passo dos Negros” em que as vozes recalcitrantes dos moradores estão associados a defesa de seus modos de habitar enquanto patrimônio cultural. “*Não podemos deixar esta história ser enterrada por condomínios*” bradou um morador da região e militante do movimento negro na discussão de um evento sobre o dia do patrimônio.

Os moradores, além de principais detentores do conhecimento da história do lugar, são agentes políticos, e nesse sentido, para além do “pensar com” há no movimento o “agir com”, pois são os/as interlocutores/as que apresentam seus modos de habitar em eventos que o grupo é convidado a falar. Assim, em audiências públicas para discutir a situação da região, os interlocutores argumentam que “*vivemos a vida inteira no Passo e não queremos sairmos dali*”. Por conseguinte, em eventos sobre patrimônio seus argumentos estão enfatizando os seus modos de habitar: “*eu moro ali na beira do patrimônio histórico que é o pontilhão onde passavam as tropas que vinham para as charqueadas e depois os açougues (...) tudo ali é patrimônio.*”

4. CONCLUSÃO

Na história da antropologia latino-americana, a figura do/a antropólogo/a cidadão/ã é recorrente. Inserido no contexto de uma sociedade (neo)colonizada, o fazer antropológico incorpora a prática política de um compromisso ético na reflexão textual imprimindo outros compromissos que consistem na defesa do reconhecimento das referências culturais desses grupos enquanto parte da construção dos lugares e da nação. São ações de denúncias e diagnósticos de grupos tradicionais ou inseridos nas áreas marginais, afetados por políticas e projetos desenvolvimentistas. Neste texto, abordamos e refletimos sobre os engajamentos junto aos grupos em uma ocupação na cidade de Pelotas/RS, diante do avanço dos grandes empreendimentos imobiliários. Nos perguntamos: o que tais experiências etnográficas nos ensinam sobre fazer antropologia e sobre cidadania? Propomos, então, discutir uma antropologia colaborativa em que, junto aos atores locais, defendemos a construção de lugares plurais e dos direitos a manutenção dos

modos de vida, trazendo narrativas que, diante do contexto de avanço da financeirização urbana, acione o dever do estado de garantias desses direitos assegurados na Constituição Federal. Considera-se relevante o engajamento do pesquisador em situações que ameaçam os direitos dos/as interlocutores/as, no caso aqui, o direito a cidade. São processos que envolvem a emergência de uma antropologia extramuros que, em vez de praticar uma “antropologia de” concebendo o lugar e seus habitantes enquanto um objeto de estudo, uma “antropologia a partir de”, em que o contexto passe a ter um lócus de enunciação, um lugar político, que problematiza tanto o fazer antropológico quanto a concepção do fazer cidade. A frase do título é inspiração na canção de Victor Jara que funde todo o clamor dessas populações pelo direito a existência e de viver em paz.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, Louise Prado; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. SCHIAVON, Camen Burget; PELEGRINI, Sandra de Cássia. (Org.). **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Editora da FURG, p. 131-147, 2016.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo/SP: Editora Folha de São Paulo, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000, p. 17 - 33.

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito de história. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 222 – 232.

GUITIERREZ GUTIERREZ, E. J. Sítio Charqueador Pelotense. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2006. pp. 231-256.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n.42, p. 377-391, 2014.

PEREIRA, I. K. S.; SEGER, D. D.; ORTIZ, S. F.; ALFONSO, L. P. **O passo dos negros: desafios da etnografia coletiva em um projeto de extensão**. Anais do Congresso de extensão e cultura, Pelotas, 2016.

SILVA, M. C. de A. A transformação da política na favela: desconstruindo a “ausência do Estado”. **Antropolítica**, Niterói, n. 38, p. 299-319, 2015.

VIRGILIO, J. **Antropólogo militante, pesquisador e/ou sujeito de estudo?** revisão teórica sobre pesquisa e militância na antropologia contemporânea. 79 f, Monografia (Bacharelado em Antropologia) CFH - UFSC, 2014.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.